

O DESENVOLVIMENTO REGIONAL E A DIVERSIDADE

Eduardo Cartier¹

Universidade Regional de Blumenau – FURB.

edcartier@hotmail.com

Lilian Blanck de Oliveira²

Universidade Regional de Blumenau – FURB.

lilianbo@uol.com.br

RESUMO

Na presente reflexão em que desenvolvemos o tema “o desenvolvimento regional e a diversidade”, partimos do contexto das produções científicas, na medida em que estas oferecem condições de pensar e operacionalizar estratégias diferenciadas de viver um desenvolvimento que seja sustentável. O objetivo central deste estudo foi de refletir sobre a diversidade e sua participação no desenvolvimento regional, tendo em vista a produção científica desenvolvida na universidade e suas contribuições na e para realidade empírica. A dimensão educativa não deve se limitar ao uso de normativas de pesquisas e das instituições de fomento, afinal o conhecimento é construído histórico, crítico, hermenêutico e dialeticamente.

Palavras chaves: Desenvolvimento Regional; Diversidade; Currículo.

ABSTRACT

In this reflection in which we developed the theme "regional development and diversity", We assumed the context of scientific production, inasmuch as they offer conditions of thinking and do it differentiated strategies to live a sustainable development. The objective central that's study was of the reflect diversity and its participation in regional development, with a view to producing scientific developed at the University and their contributions and for empirical reality. The educational dimension should not be limited to the use of regulatory research and development institutions, after all knowledge is built critical, historical, and hermeneutical dialectically

Keywords: regional development; Diversity; curriculum.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

“A realidade como tal não depende da interpretação para existir: existe com ou sem intérprete. Mas a realidade conhecida é inevitavelmente aquela interpretada”
(Pedro Demo).

Na presente reflexão em que desenvolvemos o tema “o desenvolvimento regional e a diversidade”, partimos do contexto das produções científicas, na medida em que estas oferecem condições de pensar e operacionalizar estratégias diferenciadas de viver um desenvolvimento que seja sustentável, ou seja, que melhore a qualidade de vida população e que considere a diversidade como ponto de partida para equidade social.

Como contexto subjacente, emerge nesta reflexão a consideração do currículo como pano de fundo para o processo de ressignificação de propostas, bem como o preâmbulo de um processo de transformação social, mesmo sabendo que a esfera acadêmica é apenas uma dos braços para tal realização.

Desta forma, discorrer sobre um tema que claramente pouco permeou o ambiente acadêmico ao longo da história passa a ser tarefa de alta complexidade, tendo em vista o caráter modal desta produção. Contudo, de maneira séria e inesgotável é que traremos considerações oportunas para a construção desta reflexão.

O desenvolvimento, dentre as mais diversas manifestações, resulta de um longo processo de experimento e inovação, através do qual as pessoas constroem habilidades, conhecimento e confiança em si mesma para formar seu meio ambiente de maneira a promover a sustentabilidade até alcançar metas como o crescimento econômico, eqüidade, distribuição da renda e a liberdade política. A partir disto, considerando seus aspectos éticos, pressupõe-se que a sociedade tenha condições e recursos para a melhoria da qualidade de vida da população.

A discrepância entre as economias centrais e as economias periféricas quanto à capacidade de elevar a produtividade média do trabalho e quanto à capacidade de socializar o excedente social entre salário e lucro faz com que o estilo de vida que prevalece nas economias centrais não possa ser

generalizado para o conjunto da população das economias periféricas (FURTADO, 1987). Nesta esteira compreendemos que o paradigma de desenvolvimento sinalizado após a II Guerra Mundial trouxe consequências drásticas para a qualidade de vida da população de maneira geral, em que a exploração dos recursos naturais - ar, água e solo - tem sido predatória, colocando em risco espécies vegetais e animais, de maneira que os problemas da urbanização e do meio ambiente são crescentes.

Furtado (1987) evidencia que o desenvolvimento não é apenas um processo de acumulação e de aumento de produtividade macroeconômica, todavia, principalmente, o caminho de acesso a formas sociais mais aptas a estimular a criatividade humana e responder às aspirações da coletividade.

Os processos de desenvolvimento são inevitavelmente complexos, permeados por descontinuidades de interesses, valores e distribuição de poder, envolvendo heterogeneidade de conhecimentos no desenvolvimento rural sustentável negociações, acomodações e conflitos, fatores que não podem ser considerados como anomalias (LONG E VILLAREAL, 1994). No âmbito do processo de participação coletiva Cordioli (2001) acrescenta que o desenvolvimento exige constante monitoramento, adaptando-se as situações, baseando-se na troca de experiências e conhecimento, redistribuição do poder da sociedade. Em se tratando de organização social, não basta a comunidade participar do planejamento das ações, mas é importante envolvê-la no estudo do diagnóstico da sua situação, bem como na sua avaliação, partindo da idéia de quem executa, planeja.

As propostas de desenvolvimento local participativo possuem a perspectiva de estruturar o desenvolvimento realizado a partir do território, no qual são introduzidas inovações, geradas ali mesmo ou trazidas de fora, sempre com intensa participação da comunidade (FURTADO, 1987).

A partir destas considerações iniciais temos como objetivo central deste estudo refletir sobre a diversidade e sua participação no desenvolvimento regional, tendo em vista a produção científica desenvolvida na universidade e suas contribuições na e para realidade empírica.

A necessidade desta reflexão se dá em função de que a diversidade em suas manifestações possibilita condições de ressignificação e transformação social, tendo em vista que a produção científica em desenvolvimento regional

na universidade vem pensando maneiras de articular aproximações da comunidade, evidenciando a estrutura fundante do seu processo de construção ideológica e do trabalho, ensino pesquisa e extensão.

Nesta mesma esteira, outra justificativa se dá a partir do caráter polissêmico dos conceitos de desenvolvimento e das discussões sobre crescimento econômico gera impactos sociais e por consequência modificações e determinações na estrutura da sociedade, sendo estes frutos da condição dos atributos da modernidade e da globalização.

Para melhor compreensão do estudo estruturamos o texto em dois momentos de maneira que permita estabelecer conexões e confrontos no âmbito da possibilidade de transformação do paradigma de produção científica nos programas de pós - graduação em desenvolvimento regional, a saber: primeiramente apresentamos o desenvolvimento em diferentes dimensões, desenvolvendo a temática da diversidade e o desenvolvimento regional e posteriormente realizamos uma reflexão acerca da produção científica na universidade: visões curriculares

O DESENVOLVIMENTO EM DIFERENTES DIMENSÕES

*O povo que subjuga o outro,
forja suas próprias cadeias
(Karl Marx)*

De maneira simples e objetiva compreendemos o desenvolvimento, tido como sustentável aquele que de maneira pontual procura satisfazer as necessidades do tempo presente, bem como dos envolvidos neste processo; seres humanos, recursos naturais, animais, entre outros; sem comprometer a capacidade das futuras gerações satisfazerem as suas próprias necessidades. Observar conceitos como tempo, espaço, dinâmica das transformações, estruturas sociais, consciência da complexidade humana, ética nas relações, importância da preservação ambiental e o conhecimento básico das condições para o exercício pleno da cidadania é pensar na complexidade do mundo em que vivemos logo no meio ambiente.

Esta complexidade compreende a dimensão popular, na medida em que oferece condições de pensar o desenvolvimento de maneira, holística e plural, distanciando-se da perspectiva linear e determinista. Para a Castel (1999) a participação popular se dá em função da noção de pertencimento, de se identificar com uma determinada causa e que há diversas formas de participação, não só a presença em atos de protesto, todavia em adesão declarada ou não, em apoio simbólico ou não, em diálogos rotineiros, em todo posicionamento individual que se some aos objetivos de resistência às tendências globalizantes, não podendo assim, simplificar a análise da participação popular apenas à concentração de manifestantes em atos, protestos e demais.

Sen (2000) sinaliza que mesmo estando a noção de desenvolvimento associada à participação social é a liberdade a figura central no processo do desenvolvimento. É na importância das liberdades substantivas e das capacidades humanas que se consolida os fundamentos para a condição de agente de transformações sociais, visto que o desenvolvimento emerge da redução de privações de liberdade que, em decorrência, ampliam as possibilidades de escolhas e de oportunidades das pessoas no exercício de sua condição de agentes.

O desenvolvimento sustentável e relacional se funda nos processos educativos e diz que “a preservação do meio ambiente depende de uma consciência ecológica e a formação da consciência depende da educação Gadotti (2000, p. 79)”.

Consciência sobrepujada pelos ditames do desenvolvimento desigual e da globalização. Pois a idéia simplista de que o crescimento econômico por si só bastaria para assegurar o desenvolvimento foi rapidamente abandonada em proveito de uma caracterização mais complexa do conceito, expressa pelas adições sucessivas de epítetos: econômico, social, cultural, naturalmente político, depois viável sustentável (SACHS, 1998).

Neste sentido, a teoria do desenvolvimento desigual e combinado desenvolvida por Trotsky é uma tentativa de explicar o tipo de dominação que o capital exerce nas formações sociais e por conseqüência, dar conta de compreensão da lógica das contradições econômicas e sociais dos países do capitalismo periférico ou dominante.

Para Oreiro (2003) desenvolvimento desigual se refere a uma situação na qual os países do norte apresentam uma taxa de crescimento da renda per capita maior do que a exibida pelos países do Sul; de forma que, no longo prazo, deve ocorrer um aumento da divergência entre os níveis de renda per capita das regiões em consideração. Sendo assim, o progresso tecnológico alavancado nos países desenvolvidos tenderia a ser prejudicial aos países subdesenvolvidos.

O conceito de desenvolvimento passou por significativas mudanças com o processo de globalização, deixando de depender exclusivamente dos governos centrais para articular-se com os mais diversos segmentos da sociedade civil (BOISIER, 2000), e partir disto, contemplamos modelos de individualização das decisões e do agir, em que o comportamento hegemônico nas rotinas pessoais dificulta o processo de organização social.

No contexto regional, a participação dos envolvidos é um dever de todo homem, pois se trata de uma troca de bens e serviços, em que numa sociedade, principalmente em pequenas localidades, todos dependem uns dos outros, além de ser uma realização do próprio ser humano. Obviamente isto exige responsabilidades de cada indivíduo com mudanças de hábitos e condutas, mas que objetiva favorecer todas as pessoas envolvidas no processo, não restringindo a tomada de decisões a uma parcela específica da sociedade, que nem sempre consegue contemplar os interesses de todos.

Boaventura Santos (2002) evidencia que se fazem necessários novos protagonistas, introduzindo críticas e denúncias de novas formas de opressão que atingem não só os modos de trabalho e produção, mas, o modo como se vive, como se descansa, além de abranger a sociedade como um todo.

As alteridades e resistências regionais que a política pós-moderna enfatiza podem florescer num lugar particular. Todavia, com muita freqüência, estão sujeitas ao poder que o capital tem sobre a coordenação do espaço fragmentado universal e da marcha do tempo histórico global do capitalismo, que está além do alcance de qualquer delas (HARVEY, 1992).

Faz-se urgente fomentar outras formas de produção e de distribuição de bens e serviços, perspectivas alternativas às formas capitalistas, uma vez que as estratégias tradicionais nunca foram tão excludentes e nem deixaram os

excluídos em condições de tão grande vulnerabilidade, como as populações descartáveis e demandas reprimidas.

A PRODUÇÃO CIENTÍFICA NA UNIVERSIDADE: VISÕES CURRICULARES

*"O desafio da modernidade é viver sem ilusões,
sem se tornar desiludido"*

(Antônio Gramsci)

Para Gamboa (2002) as opções da pesquisa se localizam nas epistemologias se não apenas nas técnicas quantitativas ou qualitativas. Nesse sentido, a qualidade dos trabalhos dos grupos de pesquisa se consolida quando aprofundam as suas reflexões sobre as questões epistemológicas e, dessa forma, articulam as técnicas com métodos, com as teorias e, essas teorias, com critérios de rigor e de verdade científicos.

Precisamos passar para um paradigma científico capaz de religar os conhecimentos, de valorizar outras formas de conhecer e se relacionar com a natureza e com o outro humano, de (re) inserir o ser humano dentro da natureza, como parte singular e plural, e de apresentar um novo *ethos* e sentido para a sociedade (BOFF, 2000).

O materialismo dialético histórico oferece condições de pensar, produzir, ressignificar e transformar o contexto do desenvolvimento regional no país. Na medida em que considere a natureza contraditória das relações sociais e suas estruturas funcionais.

A dialética materialista pode ser entendida como epistemologia ou teoria crítica do conhecimento, sendo assim oferece importantes subsídios da produção do conhecimento científico num contexto social amplo. Neste sentido o esquema paradigmático de Gamboa (1987) apresenta-se como um importante instrumental teórico metodológico para a análise epistemológica de planos de desenvolvimento como um todo.

Numa concepção reflexiva estabelecemos um processo de confronto sistemático e representativo da realidade, em que pese um sistema ou conjunto de componentes articulados, sendo que este conflito, reflexão, pode resultar

em transformações da e na práxis, ou seja, na produção de ciência e no modo de produzi-la.

Pensando na estrutura curricular, o currículo não se constitui numa base curricular para um determinado curso ou uma listagem de conhecimentos e conteúdos para serem ensinados na sala de aula, ou seja, engessada, descontextualizada da práxis (MENEGOLA e ANNA, 1991).

O currículo não pode constituir-se como, assevera Silva (2002), um reproduutor da estrutura capitalista na qual sua função ideológica é inculcar a credibilidade social de que este sistema é bom, portanto, aceitável e desejável. Podemos pensar, contrariamente, que o currículo é uma invenção socialmente construída, portanto, é histórico e movimenta-se num campo contraditório, dialético e, sendo consciência por ele constituída e configurada no campo social.

A consciência da necessidade de discussão e da dialética permite uma visão não reducionista da problemática do desenvolvimento regional e ambiental.

Para Santomé (1998) o currículo numa visão multicultural pode ser usado, no âmbito do currículo integrado, com o enfoque de integrar grupos ou segmentos que discordam e contestam práticas educativas e paradigmas de pesquisa dominantes, a fim de contextualizar e compreender a construção das diferenças e desigualdades, ou seja, na resistência a hierarquias estabelecidas.

O currículo é uma prática complexa, que envolve aspectos coadunos e conflitantes de práticas diversas nas quais estão inseridos aspectos históricos, sociais, políticos, econômicos, culturais, administrativos e pedagógicos e sua estruturação. Para Lopes (2006) o currículo não é um conjunto de conteúdos dispostos em um sumário ou índice. Pelo contrário, a construção de um Currículo demanda: a) uma ou mais teorias acerca do conhecimento escolar; b) a compreensão de que o Currículo é produto de um processo de conflitos culturais dos diferentes grupos de educadores que o elaboram; c) conhecer os processos de escolha de um conteúdo e não de outro; disputa de poder pelos grupos.

Sacristán e Perez e Gomes (2000) asseveraram que o currículo não é um rol de conteúdos, e sim um processo constituído por um encontro cultural,

saberes, conhecimentos escolares na prática da sala de aula, locais de interação professor e educando.

No âmbito do desenvolvimento regional poderíamos pensar em construir propostas curriculares que evitem retrair frear as possibilidades de ação, todavia que sejam compreendidas como ações integradoras no conjunto do tempo e espaço de formação e qualificação acadêmica, que considerem o compromisso social, a responsabilidade ética e política.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*A dialética da totalidade concreta é uma teoria da realidade
é uma teoria do conhecimento dessa realidade.
Teoria e método têm uma mútua implicância.
(Sanchez Gamboa)*

Compreendemos que o currículo deve se materializar a partir da práxis social, e isto envolve dimensionar o caráter pluralista de sua concepção. Neste sentido, urge a necessidade de no mínimo romper com a lógica determinista sobreposta pelas comissões de financiamento e pareceres institucionais, que se evidencia nas produções dissertativas do programa.

A dimensão educativa não deve se limitar ao uso de normativas de pesquisas e das instituições de fomento, afinal o conhecimento é construído histórico, crítico, hermenêutico e dialeticamente, logo deve combater toda a forma de opressão e exploração, de modo a colocar processos de liderança em todas as camadas oprimidas da sociedade.

O currículo quando discutido e fazendo parte do contexto dos envolvidos oferece uma visão da realidade como processo mutante contínuo, cujos agentes são os seres humanos, os quais, portanto, estão em condição de realizar sua transformação.

Se faz necessário neste contexto, trazer à baila a natureza interdisciplinar dos programas de pós graduação no Brasil com o objetivo de aproximar a universidade da realidade social, em que a interdisciplinaridade não seja operacionalizada exclusivamente para integrar

conteúdos, todavia uma postura que busque o envolvimento e compromisso de todos os envolvidos no processo, em que a complexidade e a diversidade das culturas, das bases epistemológicas e metodológicas sejam contextualizadas e ressignificadas a partir das categorias contraditórias e dialéticas que envolvem as relações sociais.

REFERENCIAS

- BOFF, L. **Dignitas Terrae- Ecologia:** grito da terra, grito dos pobres. São Paulo: Editora Ática, 2000.
- BOISIER, S. Desarrollo (local): de qué estamos hablando. In: BECKER, D.; BANDEIRA, P. S. **Desenvolvimento local-regional:** Determinantes e desafios contemporâneos. Vol 1. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000. p. 151-185
- CASTEL, R. **As Metamorfoses da Questão Social.** Petrópolis, Vozes, 1999.
- CORDIOLI, S. **Enfoque Participativo: um processo de mudança: conceitos, instrumentos e aplicação prática.** Porto Alegre: Genesis, 2001
- FURTADO, C. **Transformação e crise na Economia Mundial.** São Paulo: Paz e Terra, 1987
- GAMBOA, S. A. **Epistemologia da pesquisa em educação: estruturas lógicas e tendências metodológicas.** Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de [Educação.] Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1987.
- GAMBOA, S. S. (Org.) **Pesquisa Educacional:** quantidade qualidade. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- SACHS, I. Do crescimento econômico ao ecodesenvolvimento in VIEIRA, P. F; RIBEIRO, M. A et all (ORG), **Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente no Brasil; A contribuição de Ignacy Sachs.** Porto Alegre: Pallotti; Florianópolis: APED, 1998.
- GADOTTI, M. **Pedagogia da terra.** 4. ed. São Paulo: Petrópolis, 2000.
- HARVEY, D. Tempo e espaço como fontes de poder social. Cap. 14. In: HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna.** São Paulo: Ed. Loyola, 1992.

- LONG, N.; VILLAREAL, M. Exploring development interfaces: from the transfer of knowledge to the transformation of meaning. In: SCHURMAN, F. **New directions in development theory**. Londres: Zen Books, 1994.
- LOPES, A C. Pensamento e política curricular – entrevista com William Pinar. In: **Políticas de currículo em múltiplos contextos**. São Paulo: Cortez, 2006.
- MENEGOLLA, M.; SANT'ANNA, I. M. Por Que planejar? Como planejar? Currículo – Área – Aula. Petrópolis, Vozes, 1991.
- OREIRO J. L. Progresso Tecnológico, Termos de Troca e Desenvolvimento Desigual. **Revista de Economia Política**, vol. 23, nº 1 (89), Janeiro-Março/2003.
- SACRISTÁN J. G.; PÉREZ GÓMEZ A. I. **Compreender e transformar o ensino**. Porto Alegre: ArtMed, 2000.
- SANTOMÉ, J. **Globalização e Interdisciplinaridade: o currículo integrado**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
- SANTOS, B. S. (Org.). Os processos da globalização. In: SANTOS, B. S. **A globalização e as Ciências Sociais**. São Paulo: Cortez, 2002. p. 25-102.
- SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Cia das Letras, 2000.
- SILVA, T. T.. **Documentos de identidade: uma introdução as teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica 2002.

¹ Professor da Universidade Regional da Universidade Regional de Blumenau – FURB.

² Professora Doutora do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Regional de Blumenau – FURB.